

O USO DOS JOGOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA NA PRÁTICA DOCENTE NAS AULAS DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR

Luís Gustavo Souza da Paz ¹
José Roniero Diodato ²

INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser um direito de todo cidadão (BRASIL, 1988), no entanto, alguns indivíduos, a exemplo das pessoas surdas, estiveram à margem devido a falta de acessibilidade de uma proposta educacional que atendesse suas especificidades linguísticas como o reconhecimento de sua língua, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Por longos, conforme Skliar (1992), os surdos foram vítimas do ouvintismo e, por conseguinte, considerados como pessoas ouvintes, sem distinções. Equívoco que lhes causou grandes prejuízos sociais, psíquicos e educacionais. Durante esse período fora negada uma educação que considerasse sua primeira língua (L1), a Libras (GOLDFELD, 2002). Segundo Quadros (1997), desde a proibição da Libras à criação de metodologias de ensino baseadas no oralismo, os surdos foram martirizados e, por consequência, sofreram atrasos em seu processo de ensino aprendizagem devido a tentativa de enquadramento nos parâmetros regulares da educação para ouvintes.

Sendo assim, face ao exposto, visamos discutir acerca dos aspectos teórico-metodológicos para adaptação de jogos didático-pedagógicos com ênfase na educação de estudantes surdos, seja ela em âmbito inclusivo ou bilíngue a partir do relato de experiência vivido durante as aulas de Libras. A motivação ocorreu durante a vivência na monitoria da Disciplina de Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais-Libras, ministrada pelo Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais/DPOE, da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, campus Recife em que estão matriculados estudantes dos Cursos de Pedagogia e licenciaturas diversas. A observação ocorreu durante todo semestre, dessa forma, optamos por discorrer sobre a atividade final que o professor regente solicitou. Neste trabalho os estudantes apresentavam, como produto para avaliação final, um jogo adaptado com ênfase na educação de surdos e na interação entre os estudantes ouvintes.

Os resultados apontaram para a relevância de se trabalhar a formação de professores com instrumentos inovadores que os desafie, em seu cotidiano durante o contato com alunos surdos do ensino regular.

Por fim, a experiência na monitoria da disciplina de Libras, nos proporcionou o conhecimento de novas estratégias para adaptamos nossa didática de ensino com ênfase na em metodologias viso-espaciais, enfatizando, portanto, a educação de surdo.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, luisbachbio@gmail.com;

² Esp. em Proficiência para Tradutores/Intérpretes de Libras, Tradutor/Intérprete de Libras e Professor Substituto de Libras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, joseroniero@gmail.com.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa foi desenvolvida a partir de nossas observações, como monitor, durante as aulas de um professor surdo (durante o primeiro semestre de 2019), formado em Letras Libras, especialização em Língua Brasileira de Sinais e atualmente Mestrando em Educação. Responsável pela disciplina de Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais-Libras, ministrada pelo Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais/DPOE, da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, campus Recife, o professor regente possui vasta experiência em cursos de formação de professores e atua na UFPE há cinco anos. Para complemento de nossas discussões, foram feitas revisões bibliográficas em livros, artigos científicos, websites, leis e decretos.

DESENVOLVIMENTO

A educação enquanto direito de todos (BRASIL, 1988), contemplará a todos os cidadãos sem distinção, no entanto, dados históricos nos comprovam que os surdos foram privados de uma educação que atendessem suas especificidades linguísticas. O surdo era julgado enquanto pessoa primitiva, fato que o privava de uma educação baseada na língua de sinais. Esta premissa está baseada em Goldfeld (2002) em que descreve como o surdo, visto enquanto incapaz, sofreu retardo em seu processo de ensino-aprendizagem. A ideologia clínica se sobressaia e eram aplicada uma pedagogia corretiva (SKLIAR, 2001), ou seja, o surdo era visto como um ser patológico.

Por longos, conforme Skliar (1992), os surdos foram vítimas do ouvintismo e, por conseguinte, considerados como pessoas ouvintes, sem distinções. Equívoco que lhes causou grandes prejuízos sociais, psíquicos e educacionais. Durante esse período fora negada uma educação que considerasse sua primeira língua (L1), a Libras (GOLDFELD, 2002). Segundo Quadros (1997), desde a proibição da Libras à criação de metodologias de ensino baseadas no oralismo, os surdos foram martirizados e, por consequência, sofreram atrasos em seu processo de ensino aprendizagem devido a tentativa de enquadramento nos parâmetros regulares da educação para ouvintes. Além disso, fora aplicada a educação com ênfase no oralismo, educação pautada na língua oral e como um único objetivo de fazer os surdos falarem a língua oral. Após a concepção oralista, surge a Comunicação Total que enfatizava a língua oral e de sinais. Por fim, até os dias atuais surge a Educação Bilíngue (GOLDFELD, 2002). Esta última vista enquanto a proposta adequada para o ensino dos conteúdos por meio de uma educação baseada na língua de sinais.

Devido a sanção da Lei nº 10.436/02, após muitas lutas e reivindicações de associações, federações e pessoas envolvidas com a causa, a Libras foi reconhecida enquanto língua de modalidade viso-espacial, com estrutura gramatical própria e distinta da língua portuguesa e como meio legal de comunicação e expressão de comunidades de pessoas surdas brasileira (BRASIL, 2002).

Após alguns anos, através do Decreto nº 5.626/05, a disciplina de Libras passa a ser obrigatória nos cursos de licenciaturas, como também em cursos de pedagogia, formação de professores e fonoaudiologia (BRASIL, 2005).

Com o avanço no que diz respeito às conquistas de direitos pelas pessoas surdas, como na esfera educacional, desde a criação de metodologias eficazes para ensino de pessoas surdas, tanto em sistemas inclusivos quanto em sistemas bilíngues, percebemos que é crescente na área da educação a busca por formação específica na área e por profissionais que vivenciem na prática cotidiana o fazer/ser docente. Desta forma, os futuros professores terão

um olhar sensível a causa da educação de surdo por meio de um aporte teórico-metodológico que contemple as necessidades educacionais e linguísticas da pessoa surda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de nossas observações, durante a monitoria na disciplina de Libras, tivemos a oportunidade de acompanhar desde a elaboração até o momento quem o professor ministrava as aulas. Ressaltamos a forma em que fomos tratados durante todo o semestre, pois o professor surdo nos incentivava a participar inclusive do processo de avaliação da turma.

Como proposta avaliativa, o professor solicitava, como atividade final, um jogo didático-pedagógico, adaptado, criado ou traduzido para educação de estudantes surdos em âmbito inclusivo e bilíngue, desde que pudesse contemplar, inclusive estudantes ouvintes. Percebemos nessa proposta uma inclusão invertida, ou seja, o jogo pedagógico era pensado para o público surdo e inclusivo para estudantes ouvintes.

Em todo semestre pudemos compreender como foi desenvolvida a metodologia de forma a contemplar uma abordagem dialógica, propiciando uma postura crítica do aluno face às várias propostas teóricas e práticas.

As estratégias utilizadas pelo professor, foram aulas expositivas/dialogada; seminário, dramatizações, debate em grupo e discussão dos textos e material em DVD, demonstração (prática realizada pelo Professor), laboratório (prática realizada pelo aluno), apresentações de filmes, comentários e dinâmicas de grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência na monitoria da disciplina de Libras, nos proporcionou o conhecimento de novas estratégias para adaptamos nossa didática de ensino, enquanto futuros professores, com ênfase em metodologias que contemplem o espaço visual da pessoa surda, enfatizando, portanto, na educação baseada na língua de sinais.

Outro fator relevante está relacionado a formação de professores e o processo de ensino-aprendizagem da Libras durante seu processos de formação, pois é importante que não se limite apenas na aprendizagem da Libras, mas nos aspectos históricos da inclusão das pessoas surdas na sociedade em geral e na escola; compreender a Libras como língua de comunicação social em contexto de comunicação entre pessoas surdas e como segunda língua. Conhecer a estrutura linguística e gramatical da Libras e as especificidades da escrita do aluno surdo, na produção de texto em Língua Portuguesa.

Nessa perspectiva, esperamos que novas pesquisas sejam realizadas a partir da formação de professores que atuarão na educação de surdo e busquem metodologias baseadas nas línguas de sinais.

Palavras-chave: Libras. Jogos Didáticos. Formação de Professores. Prática docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 de abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 de dez. 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 14 nov. 2018.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SKLIAR, C.B. **Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e as diferenças**. In: (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, p.5-6, 1998.